

Controle do tabagismo: lentidão do governo preocupa especialistas

Entidades antitabagistas promovem encontro no Rio e cobram uma ação mais efetiva do governo federal

Representantes de entidades antitabagismo nacionais e internacionais reuniram-se, nesta quarta-feira (17/04/2013), no Rio de Janeiro, para discutir a lentidão na implementação de políticas públicas para controle do consumo do tabaco no Brasil. Como resultado do encontro, uma carta foi produzida e enviada à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na qual o grupo expressa preocupação em relação ao cumprimento da meta estipulada pelo próprio governo, de redução no número de fumantes de 15% para 9% da população, até 2022, e cobra uma posição mais clara das autoridades federais sobre o assunto. Assinam o documento: Assinam o documento a Corporate Accountability International, Framework Convention Alliance, International Union Against Tuberculosis and Lung Disease, Instituto de Controle de Tabaco Internacional Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, Campaign for Tobacco-Free Kids, Fundação InterAmericana do Coração e World Lung Foundation.

“O recente anúncio de aumento das verbas federais para programas antitabagistas, feito pelo ministro Padilha, no último fim de semana, é algo bastante positivo. No entanto, podemos dizer que é uma medida paliativa. Sem ações efetivas, principalmente, a regulamentação da Lei Nacional Antifumo, a tendência é de que as metas não sejam atingidas no sentido de controlar a epidemia tabagista no Brasil”, avalia a representante da ONG Campaign for Tobacco Free Kids, Patricia Sosa.

Segundo a diretora-executiva da Aliança de Controle do Tabagismo, Paula Johns, a lentidão do processo significa um retrocesso para o País e pode ter consequências desastrosas. “O Brasil sempre foi considerado um país de vanguarda no que diz respeito ao tabagismo, mas, de uns anos para cá, esse movimento deu uma guinada para o sentido contrário. Não conseguimos achar uma explicação lógica para a demora na regulamentação da Lei Antifumo e gostaríamos que as autoridades competentes se manifestassem a respeito”, cobra a diretora.

Um dos principais entraves à aplicação da Lei é a falta de regulamentação dos locais onde, de fato, o fumo estaria proibido. Isso porque, o texto aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidente, em 2011, não define o que são “ambientes fechados” e “ambientes abertos”. Alguns municípios e estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, já possuem experiências bem-sucedidas na implementação de legislações antifumo locais.

“Por que não replicar esses modelos nacionalmente? Vale lembrar que a medida conta com o apoio de 75% dos brasileiros”, acrescenta Paula.

O Brasil tem, hoje, uma população de mais de 15 milhões de fumantes. O cigarro é responsável, diretamente, por 130 mil mortes, todos os anos, segundo dados da ACT. Quando falamos de fumo passivo, o INCA avalia que 2,6 mil não fumantes morrem no Brasil, anualmente, devido a complicações ligadas ao tabagismo.